

LUTA POR VERBAS DE CUSTEIO

Considerando que vivemos uma fase de disputa orçamentária ferrenha com a magistratura e as terceirizações;

Considerando que varias verbas ou reajustes de benefícios para os servidores tem sido negadas pelos conselhos e tribunais superiores sob a alegação de indisponibilidade orçamentária face à aprovação da Emenda 95;

Considerando que os valores destinados aos contratos de terceirização estão crescendo ano a ano e que com a nova legislação aprovada deverão abocanhar parte maior do orçamento do Poder Judiciário da União e que os trabalhadores terceirizados sabidamente são os menos beneficiados por esta forma de exploração do trabalho;

Considerando que as “Verbas de Custeio” precisam ser mais bem analisadas e reivindicadas pela FENAJUFE, pois nelas nossos pleitos estão sendo preteridos em favor dos pleitos dos magistrados e contratos de terceirização sistematicamente;

Considerando que muitos direitos nossos que dependem desta rubrica quando são concedidos o são em valores ínfimos e sempre condicionados à expressão: “...desde que haja recursos orçamentários...”. argumento raramente utilizado para outras verbas desta rubrica;

Considerando que o orçamento do Poder Judiciário da União gira em torno de R\$ 45.000.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões de reais) e que é desta rubrica que saem os recursos para os nossos pleitos e também para os pleitos da magistratura e contratos de terceirizações, como:

- Futuros reajustes;
- Segundo passo do NS;
- Vale Alimentação, recentemente reajustado em R\$ 26,08 “desde que haja recursos orçamentários”;
- Indenização de transportes dos Oficiais de Justiça praticamente congelada desde 2005;
- Auxilio Creche;
- Vale alimentação;
- Auxilio Moradia para os magistrados;
- Remoções para magistrados;
- Gratificação por acumulo de jurisdição para magistrados;
- Substituição de Jurisdição,
- Gratificação por participação em cursos para magistrados, etc.

Os magistrados apresentam seus pleitos por suas entidades representativas e unificadamente lutam, negociam e na maioria das vezes são vitoriosos.

Esta disputa por verbas de custeio deve ser feita e bem embasada também por nossa entidade maior a Fenajufe, para também termos conquistas financeiras significativas para os servidores do judiciário federal.

Face ao exposto apresentamos a seguinte proposta de resolução:

54

55 Que a FENAJUFE crie um corpo técnico visando exclusivamente o
56 acompanhamento sobre a evolução das “Verbas de Custeio”, a ser orientado e
57 dirigido por uma comissão composta por coordenadores e ou representantes
58 sindicais para acompanhar, questionar e divulgar efetivamente a participação
59 de cada segmento nesta rubrica, especialmente magistrados, servidores e
60 contratos de terceirização.

61

62 Assinam esta proposta de resolução:

63

64 *Paulo Roberto Koinski*
65 *Delegado Sintrajusc/SC*

66

67 *Edson Ricardo Regis*
68 *Delegado Sintrajusc/SC*

69

70 *Clovis Miguel Massignani*
71 *Delegado Sintrajusc/SC*

72

73 *Maria José Olegario*
74 *Delegada Sintrajusc/SC*

75

76 *Denise Moreira Schwantes Zavarize*
77 *Delegada Sintrajusc/SC*

78

79 *Jose Aristéia Pereira*
80 *Observador Fenajufe*

81

82 *Alisson Ribeiro Silva*
83 *Observador Fenajufe*

84

85 *Mara Rejane Weber*
86 *Observadora Fenajufe*

87

88 *José Rodrigues Costa Neto*
89 *Observador Fenajufe*

90

91 *Cledo de Oliveira Vieira*
92 *Delegado Sindjus/DF*

93

94 *Valdir Nunes Ferreira*
95 *Delegado Sindjus/DF*

96

97 *Ednete Rodrigues Bezerra*
98 *Delegada Sindjus/DF*

99

100 *Antonio Carlos Bastos Sena*
101 *Delegado Sindjus/DF*

102

103 *Andre Antonio da Rocha*
104 *Delegado Sindjus/DF*

105

106 *Kleber Barbosa de Mello*

107 *Delegado Sindjus/DF*

108

109

110

Recebido em 09/7/2018, às 11h28